

**CONSCIENTIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO COMO PRÁTICAS DE HUMANIZAÇÃO
EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO**

**CONSCIOUSNESS AND LIBERATION AS HUMANIZING PRACTICES IN
NEOCONSERVATIVE TIMES**

Recebido em: 24/07/2023

Aceito em: 28/08/2023

Valter Marciano dos Santos Chereta¹ 

Ismael Martins Boeira² 

Ananda Nasai Machado de Oliveira³ 

Dinora Tereza Zucchetti⁴ 

Resumo: O presente estudo apresenta uma reflexão crítica sobre a herança dos retrocessos na educação brasileira ocorrida nos últimos anos e que ainda resiste sob a forma de um contexto neoconservador que se instaurou no país. Busca dialogar com a dimensão do trabalho educativo, mediante a relação dialética (contradição) entre opressores e oprimidos, tendo na *práxis* uma ação que vise a superação dessas contradições. O estudo utilizou-se de uma abordagem com natureza bibliográfica exploratória, tendo como embasamentos metodológicos Gil (2002) e Evangelista (2012), e por base teórica Freire, (1991;1996;2005), Frigotto (2016) e Mészáros (2008). A partir da constatação da herança de retrocessos na educação e diante de argumentos de negativas da importância das políticas públicas afirmativas, torna-se necessário atuar com os conceitos de libertação e conscientização na perspectiva da educação popular. A articulação teórico-prática percebida pela consolidação de movimentos sociais na luta por direitos sonogados, bem como o necessário posicionamento da escola por uma educação que vise a autonomia, são pontos que emergem do estudo. Contudo, a herança imaterial deixada pelo bolsonarismo, ainda se expressa na atualidade, o que demandará uma *práxis* junto a alunos, professores e comunidade escolar da atual geração no combate ao que estamos vivenciando hoje diante de práticas de manipulação que promovem a intolerância e o ódio.

Palavras-chave: Conscientização; Educação; Neoconservadorismo.

Abstract: The present study presents a critical reflection on the legacy of setbacks in Brazilian education that occurred in recent years and that still resists in the form of a neoconservative context that was established in the country. It seeks to dialogue with the dimension of educational work, through the dialectic relationship (contradiction) between oppressors and oppressed, having in practice an action aimed at overcoming these contradictions. The study used an exploratory bibliographical approach, based on Gil (2002) and Evangelista (2012) methodological basis, and Freire (1991;1996;2005), Frigotto (2016) and Mészáros (2008) as a theoretical basis. . From the observation of the legacy of setbacks in education and in the face of negative arguments about the importance of affirmative public policies, it becomes necessary to act with the concepts of liberation and awareness from the perspective of popular education. The theoretical-practical articulation perceived by the

¹Pedagogo pela Universidade FEEVALE. E-mail: valterchereta@gmail.com

²Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. E-mail: ismaelmboeira@gmail.com

³Mestra em Psicologia pela Universidade Feevale. E-mail: ananda-oliveira@hotmail.com

⁴Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. E-mail: dinora@feevale.br

consolidation of social movements in the fight for denied rights, as well as the necessary positioning of the school for an education that aims at autonomy, are points that emerge from the study. However, the immaterial heritage left by Bolsonaroism is still expressed today, which will require a practice with students, teachers and the school community of the current generation in the fight against what we are experiencing today in the face of manipulation practices that promote intolerance and hatred.

Keywords: Awareness; Education; Neoconservatism.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vivenciamos no Brasil, a implementação de uma série de políticas públicas que possibilitaram o aumento do poder econômico da população, a partir do fortalecimento da indústria e da valorização do salário mínimo. As políticas de redistribuição de renda como o bolsa família e os programas educacionais PROUNI e FIES, juntamente com a Lei de cotas nas universidades federais e inúmeras políticas afirmativas, contribuíram no sentido de diminuir o abismo entre a grande parcela da população, representada por aqueles que pouco ou nada têm, e uma minoria detentora da riqueza nacional. A partir de importantes avanços em diversas problemáticas sociais que assolam o Brasil, verificou-se uma ascensão das camadas mais populares da sociedade e, como consequência, segundo Hoffmann, “ocorreu uma grande redução da pobreza de 2003 a 2014” (2020, p 18).

Esta nova realidade que se apresenta com a ampliação dos direitos da população menos favorecida, bem como o surgimento de novas formas de fazer política e de pensar a educação que trouxeram à tona os interesses econômicos que giram em torno dessa pauta, passaram a incomodar setores privilegiados e conservadores da sociedade. Verifica-se que, historicamente, esses grupos, em sua maioria, defensores de políticas com visões neoliberais, quando ascendem ao poder promovem retrocessos, principalmente em relação às políticas sociais. Organizados em amplos movimentos e setores da sociedade, atuam por meio de ações articuladas junto às mídias, buscando disputar narrativas e difundir, através do senso comum, a naturalização de determinados comportamentos, atitudes e valores próprios. Praticando a disseminação de um pensamento individualista, buscam forçar o aceite do desmonte das políticas sociais e do estado de bem estar social, em nome de uma falácia baseada no encolhimento das instituições e na defesa do Estado mínimo.

No campo da educação, movimentos conservadores como o MBL (Movimento Brasil Livre) e ESP (Escola sem Partido), dentre outros, buscaram projetar-se de forma incisiva nos últimos anos, através de programas como o *homeschooling*, a militarização das escolas e de campanhas contra uma suposta “doutrinação de esquerda” e “ideologia de gênero”. Atuando por meio da promoção de grandes debates e ataques a professores, os movimentos foram

ganhando destaque ao serem difundidos pelas redes sociais, chegando ao Congresso Nacional com propostas de projetos de Lei, tendo como bandeira o pensamento conservador em defesa dos estudantes e contra o que chamam de “doutrinação ideológica” praticada nas escolas.

Ao longo do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2015 e conduzido pelo Congresso Nacional de forma espetacular e midiática, o qual culminou no golpe de 2016, sem qualquer comprovação de crime de responsabilidade fiscal, tais movimentos ganharam ainda mais força e notoriedade.

Com o estabelecimento de novas coalizões de poder e com a condução à presidência da República de Michel Temer (então vice presidente de Dilma Rousseff), iniciou-se a interrupção e o redirecionamento das políticas, dos programas e dos projetos que estavam em curso desde 2003, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 2018, a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, defensor de pautas contra os movimentos sindicais, professores, universidades públicas, pesquisas científicas, políticas públicas de inclusão e reparação histórica, consolida-se um governo que vai na contramão dos avanços e conquistas que, até então, mostravam-se presentes nos embates e nas ações relacionadas aos direitos civis e sociais.

O fortalecimento desses grupos de extrema-direita, contudo, não foi suficiente para vencer as eleições de 2022, e com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023, reacende-se a esperança por um olhar diferenciado e por mudanças capazes de retomar o pensamento e o modo de se fazer política social e educacional no país. Já em relação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, os resultados foram diferentes, pois grupos com visões conservadoras e neoliberais elegeram as maiores bancadas, demonstrando a força e a resistência da ideologia por eles defendida, fazendo frente ao projeto político do atual governo e criando empecilhos a sua execução.

Diante deste contexto, este artigo pretende fazer uma reflexão acerca de algumas questões que nos ajudam a compreender melhor de que forma se dá o delineamento político que envolve a realidade educacional no país. Busca-se entender como a herança deixada por esses movimentos no âmbito educacional tem atingido a escola; qual o interesse dos movimentos neoliberais e conservadores na educação pública; e se é possível educar por meio de uma pedagogia da conscientização e do pensamento crítico como forma de liberdade. As hipóteses que norteiam este estudo pretendem discutir de forma crítica os efeitos da herança dos retrocessos ocorridos na educação brasileira que acossam o tempo presente.

No percurso de fazer uma reflexão crítica sobre esta problemática, o caminho metodológico caracteriza-se como de natureza bibliográfica exploratória. Este tipo de pesquisa considera que “documentos oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais encontrados é sua tarefa. Importa compreender sua posição em relação à sua história, à história de seu tema e à história da produção de sua empiria” (EVANGELISTA, 2008, p.6). Ainda de acordo com Evangelista (2008), inquirir o material coletado é fundamental para a teorização no processo de investigação.

Considerando que as indagações aos dados são feitas por sujeitos históricos, que pela sua convivência num determinado espaço e tempo construíram sua visão de mundo, compreende-se também que tais questionamentos são subjetivos e, portanto, não são neutros. Nesse processo de indagação e construção de conhecimento é necessário ter consciência de que a compreensão sobre os grupos e movimentos neoconservadores aqui apresentada, é a mais objetiva possível, porém, produzida por sujeitos históricos. Ainda com base em Evangelista (2008), pode-se afirmar que, a partir do pressuposto:

[...]de que o sujeito é produtor de conhecimento conclui-se que o *corpus* documental é por ele definido, analisado, compreendido. A racionalidade presente na documentação não é dada *a priori*; ao contrário, tal racionalidade é construída como conhecimento que ordena os elementos oferecidos pelas evidências empíricas (EVANGELISTA, 2008, p. 6-7).

Dito isso, o artigo está organizado em três seções, de modo que na primeira faz uma análise das heranças imateriais das políticas conservadoras na educação nos governos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro; em seguida, na segunda seção, faz uma abordagem sobre a aliança entre os movimentos conservadores e neoliberais e seus interesses na educação; e, por fim, apresenta as considerações finais, quando os autores tecem suas reflexões sobre o estudo.

DE TEMER A BOLSONARO: A HERANÇA IMATERIAL DAS POLÍTICAS CONSERVADORAS NA EDUCAÇÃO

Ao longo das gestões dos presidentes da república Michel Temer e Jair Bolsonaro, novas políticas educacionais foram traçadas. A gestão de Michel Temer, por meio da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a PEC dos Gastos, principal medida econômica daquele governo, limitou por 20 anos os gastos públicos, inclusive em pastas estratégicas para o desenvolvimento do país, como saúde e educação. Esta Medida impactou e delimitou o

desenvolvimento das políticas públicas educacionais, dentre elas, aquelas relacionadas às metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024, incluindo a reforma do novo Ensino Médio Brasileiro, imposta pela Medida Provisória (MP) 746/2016 e transformada na Lei no 13.415/2017, a qual não teve, em sua elaboração, o diálogo com os profissionais da educação e com os estudantes.

O Governo Bolsonaro, por sua vez, teve como destaque um Ministério da Educação instável e sem projeção nacional, permeado por conflitos e troca-troca dos ministros titulares da pasta, cortes orçamentários⁵ que atingiram os Institutos Federais de Educação (IFS) e Universidades Federais, os quais perderam autonomia e tiveram a imposição de mudanças nos processos de escolha e nomeação de reitores. Os projetos de militarização das escolas avançaram, bem como a defesa do ensino domiciliar (*homeschooling*) e o programa Escola sem Partido, o qual promoveu a perseguição aos professores e a interferência na autonomia e na liberdade de ensinar dos educadores. Já com o início da pandemia da Covid-19, o comportamento negacionista do então presidente da república em relação à gravidade do vírus e suas consequências colocou em xeque as medidas de segurança e de controle da doença, fazendo crescer um discurso de descrédito nas ciências e o consequente aumento no número de casos graves e de mortes.

O descaso com a população e a negação da ciência acabaram por mostrar a face mais cruel da extrema-direita e isso não ocorreu somente no Brasil. Conforme Santos (2021), nem mesmo todo este cenário epidêmico foi o suficiente para que alguns países governados pela extrema-direita ou direita neoliberal, como Estados Unidos, Inglaterra, Índia e o próprio Brasil sob (des)governo do ex presidente Jair Bolsonaro, abandonassem certos níveis de negacionismo e adotassem uma postura mais humanista na luta contra a Covid-19 junto da comunidade científica mundial. Ao contrário disso, conforme o autor citado, algumas lideranças inclusive minimizaram os efeitos nocivos da pandemia, e utilizaram a crise humanitária para chicana política, sob o pretexto de salvar a economia, dando a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica. Essas lideranças, ao criarem a falsa dicotomia, assim descrita: economia versus o valor da vida, arregimentaram seguidores e passaram a estar no comando de estratos sociais, ampliando ainda mais o alcance dos discursos negacionistas e adquirindo certa

⁵ Decreto 11.216 de 30/09/2022, que altera o Decreto nº 10.961, de 11/02/2022, que totaliza um corte de mais de R\$ 300 milhões. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11216.htm. Acesso em: 09 Jun. 2023.

relevância política, tendo inclusive força de pautar debates e legislações para outras áreas da sociedade.

No auge da pandemia, apesar do aumento exponencial de infecções e de mortes por Covid-19, manteve-se forte o mesmo discurso de negação à Ciência, que buscava, ao mesmo tempo, não apenas sua sobrevivência política como também a continuidade de ganhos financeiros através da desinformação (MARTINS, 2020). Essa visão utilitarista, marcada pela desvalorização da vida em detrimento de ganhos políticos ou monetários só reforça o quanto parte da população, infelizmente, ainda é vista como descartável (SANTOS, 2021).

Perpetrando um embate político-ideológico que foi travado ao longo de 2020 e 2021, e que produziu uma dicotomia brutal entre saúde e economia, entre ficar em casa ou trabalhar, acabou por servir de cortina de fumaça para desresponsabilizar parte do Estado de seu papel central na formulação e execução de políticas públicas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras (LOPES, 2021). Em outras palavras, como bem disse o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, buscou-se usar a pandemia para “passar a boiada”. No Governo Bolsonaro, aproveitou-se da “doença, morte, medo do desconhecido e do futuro incerto como oportunidades para burlar a elaboração de normas trabalhistas”, sendo necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal – STF, em diversas ações, a fim de resguardar minimamente os direitos dos trabalhadores (LACERDA; VALE, 2020).

Contudo, apesar de todas as imposições citadas, que atingiram a vida da população e o avanço da educação brasileira frente à pandemia, não se pode afirmar que estamos falando de um período que ficou para trás. Faz-se necessário refletir sobre a Herança imaterial deixada pelo governo anterior e que ainda frequenta o imaginário popular no campo das ideias, do pensamento comum do qual a escola foi desacreditada.

O debate em torno da chamada doutrinação ideológica foi e ainda segue sendo uma das principais marcas deixadas na Educação pelo Governo Bolsonaro. Movimentos como o do “Escola sem Partido⁶” pautavam que os professores usavam da prática docente para desvirtuar e manipular informações, relacionando-as ao mau desempenho dos alunos. Por esse motivo, o ESP propôs a proibição de apologias e ideologias no ambiente escolar e em órgãos públicos, sem deixar bem claro quais suas referências e suas bases intelectuais.

⁶ Projeto de Lei Escola Sem Partido PL 867/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Essa visão de uma neutralidade, eixo principal do discurso desses grupos, vem em desencontro com os princípios de cidadania e educação que Paulo Freire, patrono da educação brasileira e muito criticado e atacado por essas organizações, defendia com sua pedagogia. Para Freire (1996), os processos educacionais devem promover os princípios democráticos de participação ativa e crítica, para que os cidadãos possam se reconhecer como sujeitos históricos. Freire (1996) salienta que educar é um ato político e que não há neutralidade na educação, pois quando se omite a dimensão política, se está tomando um lado.

Percebe-se que se escondia por detrás do discurso de neutralidade do Movimento sem Partido, uma visão política e ideológica a serviço da ideologia de grupos que tentavam promover a redução da função da escola de formar sujeitos críticos e questionadores do seu papel no mundo. Desta forma, nos embates promovidos pelos articuladores do ESP, preponderavam somente os interesses das classes dominantes e de grupos econômicos, pois atacavam o currículo escolar na tentativa de impedir os interesses dos dominados. Ao denunciarem a suposta doutrinação de esquerda praticada pelos professores, estes grupos estavam, na verdade buscando infiltrar sua própria ideologia sem, entretanto, considerar as relações que envolvem “a inseparabilidade da educação e da política: inevitavelmente toda prática educativa contém uma dimensão política e toda prática política contém uma dimensão educativa”, afirma Frigotto (2017, p.81).

Dentre as ações que versaram sobre diversas tentativas de mudanças, inclusive na LDB⁷, observa-se propostas de sanções e penalidades aos profissionais que "infringirem" o proposto pelo Projeto de Lei do Escola sem Partido; a fixação aos PCNs⁸ como objetivo de um olhar “cuidadoso” aos temas transversais, visto que esses entrelaçam as disciplinas; o controle das abordagens sobre a sexualidade, drogas, saúde, meio ambiente, ética etc., com a justificativa de que as convicções dos alunos e de suas famílias deveriam ser respeitadas.

Cabe destacar que os temas transversais pautam questões importantes, urgentes e presentes na vida cotidiana dos estudantes e, por isso, foram integrados ao currículo por meio

⁷ PL 7180/2014: Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. “*Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa*”. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 09 Jun. 2023.

⁸ PL 7181/2014 “*Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal*”. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606723>? .Acesso em: 09 jun. 2023.

da transversalidade, a fim de que as diversas áreas do conhecimento pudessem abordá-los, como explica Gadotti (2016):

[...]é dever do professor formar cidadãos fomentando o debate e a discussão sobre valores, sobre a educação que queremos, sobre a educação que precisamos para o país que queremos. Os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais foram introduzidos também para isso. A diversidade cultural e a discussão de gênero devem fazer parte desta formação cidadã como acontece na quase totalidade dos sistemas educacionais do mundo, impulsionados por orientações da Unesco (GADOTTI, 2016, p. 153-154).

Outra bandeira que ganhou grande notoriedade na sociedade por esses grupos conservadores foi o combate à chamada "ideologia de gênero"⁹, sob o viés do pensamento de que os valores familiares, éticos e sociais estavam sendo ameaçados por uma proposta que destruiria o modelo tradicional de família, como base da sociedade, por meio de uma visão marxista e feminista. Alegando que o estado não poderia adotar visões de certos grupos e interferir no processo natural do amadurecimento sexual das crianças, o discurso contra a suposta ideologia de gênero foi, aos poucos, ganhando força, visto que denunciava a influência dos professores na orientação sexual dos alunos.

Nota-se que as alegações usadas para justificar o posicionamento destes grupos tinham como base a defesa da família sob um olhar conservador, e a constituição de suas propostas se dão pelo viés de uma perspectiva heteronormativa, que nega a diversidade de organizações familiares e também a individualidade dos sujeitos. Segundo Miguel (2016):

A família é também um lugar de opressão e de violência. A defesa de uma concepção plural de família não pode colocar em segundo plano a ideia de que é necessário proteger, sempre, os direitos individuais dos seus integrantes. E entre estes direitos está o de ter acesso a uma pluralidade de visões de mundo, a fim de ampliar a possibilidade de produção autônoma de suas próprias ideias (MIGUEL, 2016, p. 605).

Como se pode perceber, as ações ganharam grande notoriedade quando confluíram com o discurso conservador, através do combate à chamada "Ideologia de Gênero", levando a

⁹ A expressão "Ideologia de Gênero" teve grande difusão através de setores religiosos da política e da sociedade civil, setores esses que definem a "Ideologia de Gênero" como "uns sistemas de pensamento fechado" pois defendem que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, as quais, são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos (Scala, 2010 *apud* Miskolci e Campana). E como ideologia, os comparam aos diversos totalitarismos, incluindo o nazismo e o comunismo, sobre o discurso de destruição da família (MISKOLCI E CAMPANA, 2017, p. 727).

discussão das propostas como a do Escola sem Partido, *homeschooling* e da militarização das escolas, para um campo moral muito fértil. Essas pautas atravessaram os planos de educação nacional, estadual e municipal, em 2015, demonstrando que esses movimentos de direita estavam extremamente bem articulados.

Na busca de compreender e analisar o panorama que engloba as propostas e projetos apresentados por grupos conservadores e suas heranças deixadas, percebe-se que todos os seus discursos abrangiam, de forma direta ou indireta, sua visão de sociedade e uma disputa ideológica, a qual, muitas vezes, chegava ao grande público, por meio de um discurso moralista e de senso comum. Segundo Penna (2017),

Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional (PENNA, 2017, p. 35).

A partir dos pressupostos salientados, nota-se que suas proposições concebiam um ideal de educação que negava o combate ao preconceito, à violência, desigualdade social e à estigmatização das pessoas por sua condição de gênero e orientação sexual. Utilizavam, de forma “equivocada” em seus discursos, os conceitos de laicidade e liberdade religiosa do estado e, nesse sentido, pode-se questionar, se de fato seria um “equivoco” ou se tal uso seria “intencional”.

OS INTERESSES NA EDUCAÇÃO: UMA ALIANÇA QUE RESISTE ENTRE OS MOVIMENTOS CONSERVADORES E NEOLIBERAIS

Sabe-se que a educação, no decorrer da história, sempre foi pensada e ocupada pelas classes dominantes da sociedade, ancorada na meritocracia de um sistema capitalista pautado pelo acúmulo de riquezas. Em relação às classes populares, na sua grande maioria negros, índios e pobres, restava uma educação precarizada e desassistida. Essa ausência do Estado, sem a oferta de estruturas mínimas, por sua vez, não permitia que a escola pública possibilitasse aos sujeitos serem agentes de transformação social e garantirem o mínimo necessário para a uma mudança significativa de sua realidade.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre o pape social da educação, que historicamente tem servido como forte instrumento político de segregação e de exclusão, contribuindo para que se mantenha o modelo paternalista de sociedade. Com o poder político e econômico

concentrado nas mãos de poucos, o que se tem, é uma educação ideológica e carregada de intencionalidade, mas que ao mesmo tempo não é inclusiva e não dialoga com as questões sociais mais relevantes.

A educação pública voltada às camadas populares, em sua atual forma, prepara a pessoa para o trabalho, mas também serve como criadora e propagandista de valores que legitimam o capital. A história que é manipulada com o intuito de fortalecer o capitalismo, ao retificar o grande burguês e justificar a desigualdade com o trabalhador, é utilizada como instrumento de controle social, desde leis que tutelam o patrimônio até a falsa noção de transição social e econômica (MÉSZÁROS, 2008).

Nossa atualidade é marcada pelo imediatismo, mudanças constantes e crises que testemunham as violências sofridas e vividas pelas camadas mais vulneráveis e, como se não bastasse, além dessas questões, observamos a ascensão do neoliberalismo, o crescimento de grupos anticiência unidos por pautas conservadoras que impactam diversos campos e contextos; um fenômeno complexo, que para ser melhor compreendido em sua profundidade, torna-se fundamental explorar as obras de estudiosos que analisam essas temáticas e suas consequências (CARVALHO, 2021).

Autores como David Harvey, em "O Neoliberalismo: História e Implicações", oferecem uma análise crítica sobre o neoliberalismo e suas intenções na sociedade contemporânea. Harvey (2005) argumenta que essa ideologia, centrada na lógica do mercado e na desregulação, contribui para a desigualdade social e enfraquece o papel do Estado em garantir direitos e proteção social. Na mesma linha, Naomi Klein (2008), em "A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre", examina como o neoliberalismo se beneficia de crises e desastres para impor suas políticas, enfraquecendo os serviços públicos e a democracia. Sua obra enfatiza a importância de resistir às lógicas neoliberais e buscar alternativas que priorizem o bem-estar coletivo.

Esta contínua expansão da exploração capitalista sempre foi alvo de investigações e preocupações em diferentes contextos. Nesse sentido, destacam-se as críticas de autores como Ivan Mészáros (2008) e Paulo Freire (2005) que, muito antes do momento vivenciado, já o anunciavam, em suas clássicas obras. Os autores, respectivamente em "A Educação para além do capital" e "Pedagogia do Oprimido", descrevem os grandes tensionamentos provocados pela subalternidade ao capital por diversas áreas de atuação, em especial o campo da educação que,

por sua vez, não permanece neutro, e tampouco fica alheio às influências e ditames do capital, vivendo uma constante disputa ideológica. Segundo Silveira (2019),

[...]A onda conservadora que se manifesta na temporalidade neoliberal tem como especificidade o movimento político-econômico que busca manter a ordem social vigente sob a ética burguesa do ‘bem-estar’, baseada no princípio de liberdade individual e na existência de uma moral infinita e transcendental na qual se apoia a religião de doutrina cristã. Defende a organização hierárquica-paternalista de sociedade, bem como certos padrões de comportamento e valores de modo a manter a ordem societária, cujas desigualdades sociais são tidas como naturais (SILVEIRA, 2019, p. 20).

No Brasil, frente às pautas educacionais defendidas nos últimos anos por movimentos de direita, pode-se perceber as conexões dos movimentos conservadores e neoliberais: os movimentos conservadores pautados pela Bancada Evangélica composta por sujeitos com base cristã, com os partidos de direita; os Grupos religiosos que possuem atuação nesta Bancada, formam uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados Federais e no Senado Federal. É composta por integrantes evangélicos de partidos políticos distintos e apoiaram a implementação de projetos de Lei e as propostas do Governo Bolsonaro, posicionando seus ideais, seus valores e sua fé como algo prioritário e acima até mesmo da Constituição federal.

A Bancada Evangélica possui concentração de políticos representantes de igrejas pentecostais e neopentecostais que têm como objetivo, além de promoverem cultos temáticos no Congresso, organizar uma frente política baseada em seus preceitos religiosos, exercendo pressão sobre os estados em defesa de sua ideologia. Para Cunha (2016):

O Estado laico não pode admitir que instituições religiosas imponham que tal ou qual lei seja aprovada ou vetada, nem que alguma política pública seja mudada por causa de valores religiosos. Todavia, o Estado laico não pode desconhecer que os religiosos de todas as crenças têm o direito de influenciar a ordem política, tanto quanto os não crentes. Renunciando exercer tutela moral sobre a sociedade, os religiosos têm direito a difundir sua própria versão do que é melhor para toda a sociedade, traduzindo seus preceitos nos termos da linguagem política aceitável por todos (CUNHA, 2016, p. 4).

Contudo, entende-se que essa “Renúncia de Tutela Moral” trazida por Cunha (2016), não vem sendo empregada, visto que as fortes atuações da Bancada em relação às políticas públicas e na educação, demonstram a tentativa de influenciar a política, pautando, através de seus ideais, o funcionamento do Estado.

Podemos notar, também, a identificação de sujeitos com posicionamentos conservadores ligados a organizações e institutos com ideais liberais, que se unem em defesa das pautas, como no caso do MBL, Revoltados *Online*, Instituto *Millenium* (IMil), entre outros.

Estes grupos atuaram sob um discurso que se dizia contra a “Doutrinação Ideológica”, que achincalha as visões socialistas e marxistas, por possivelmente representarem pensamentos que se confrontam com a perspectiva neoliberal proposta por algumas destas organizações. Conforme Junqueira (2019):

(...) não são infrequentes as situações em que os paladinos da moral religiosa se mostram dispostos a estabelecer coalizões com setores que assumem posições ultraliberais na economia e depreciativas em relação aos direitos sociais e às liberdades democráticas, de modo que ambos podem assumir posições convergentes em relação à adoção do Estado mínimo e de políticas centradas nos interesses do grande capital (que podem incluir o aumento de incentivos públicos a instituições privadas ou religiosas, por exemplo), à redução da despesa pública em favor de grupos vulneráveis, à restrição à participação política, entre outras (JUNQUEIRA, 2019, p.457).

Conforme Silveira (2019, p. 26), “a Religião vem sendo transformada em instrumento de pressão e disputa política na arena do Estado”, bem como em mediação para o fortalecimento de projetos conservadores e neoliberais. A partir dos pressupostos, pode-se perceber suas ligações com organizações liberais, as quais possuem um interesse na mercantilização da educação. Essas afinidades entre conservadores e neoliberais nos permitem pensar sobre o projeto de poder que se perpetuou e ainda resiste no Brasil, que tem como intencionalidade um modelo neoliberal que aprofunda as desigualdades tão latentes em nossa sociedade.

Contextualizar essas correlações de forças existentes influencia o entendimento das análises acerca da educação pública do Brasil, tornando pertinente compreender como essas crises se relacionam diretamente com as condições de vida e de trabalho e impactam no dia a dia dos docentes (VENTURELLI, 2020).

Sobre isso, Oliveira (2018) também explica o quanto as políticas educacionais da América Latina ainda se encontram a serviço do cumprimento de uma agenda neoliberal, que provoca toda a sorte de crises e ataques na busca pela manutenção da hegemonia capitalista. Esta agenda, mesmo tendo sido derrotada na eleição presidencial de 2022, a qual repercutiu em mudanças no campo ideológico político com a posse do presidente Lula (2023), ainda influencia e dificulta o avanço de pautas, tanto na educação como na economia, devido à grande bancada eleita de deputados e senadores defensores de visões conservadoras e neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se realizar uma reflexão acerca da recente herança de retrocessos na educação brasileira, deixada pelo governo do ex presidente Jair Messias Bolsonaro, a qual acossa no tempo presente, e mostra a necessidade de se discutir o papel da escola enquanto instituição que visa formar cidadãos livres. A escola democrática, onde os alunos possam exercer suas escolhas com autonomia e compreender criticamente os contextos em que estão inseridos não é a mesma pensada pelos grupos que defendem o neoliberalismo como política governamental.

Na tentativa de identificar qual o interesse dos movimentos neoliberais e conservadores na educação pública, percebeu-se que esses grupos reúnem vários setores que se relacionam entre si e que a onda neoconservadora acabou ganhando notoriedade a partir do golpe do *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Questões como a expansão do capitalismo, relação entre Estado e mercado e, principalmente, sobre a área da Educação, foram fundamentais para se compreender que este sempre foi o campo de interesse de organizações neoliberais. Estes Grupos têm suas pautas definidas com foco no ensino público pensado como mercadoria e por isso vislumbram sua transfiguração, passando-o do estado de direito para a condição de serviço.

Cabe aqui refletir de que forma a herança deixada por esses movimentos no âmbito educacional ainda atinge a escola, pois atina-se que essa possa se perpetuar de forma imaterial, tendo em vista que seus discursos já tomaram dimensão e promoveram ações na sociedade. Um exemplo disso pode ser visto em noticiários veiculados na mídia, que mostram a ocorrência de perseguição ao trabalho de educadores e de instituições, com a promoção de uma espécie de linchamento virtual.

A promoção de manipulações e de factóides sobre a educação acaba por disseminar um sentimento de descrença nas instituições públicas, que vivenciam um agenciamento à perseguição de docentes, com o uso de um viés religioso para depreciar o currículo e o trabalho do professor. Sob seu olhar moralista e ideológico, estes Grupos buscam levantar questionamentos acerca das práticas educacionais, de modo a promover a criminalização do trabalho docente.

Movimentos conservadores que ainda resistem, conforme afirma Gadotti (2016), atuam de forma a promover uma “educação sitiada” que persegue o espírito crítico do professor e do aluno. Esta é uma estratégia típica do fascismo, que busca intimidar e promover o medo entre os docentes, com o objetivo de "silenciar vozes, criminalizar o trabalho docente, perseguir,

demitir e até prender docentes que defendem uma visão de mundo contrária ao *status quo* e colocar a educação a serviço dos interesses do mercado" (Gadotti, 2016, p.153).

A prática docente, ameaçada pela onda conservadora de perseguição e ataques à liberdade de ensinar, exige uma série de renovações e reflexões acerca do papel que a educação exerce para com os indivíduos. No que tange a pensar propostas e ações pedagógicas, o educar para a conscientização deve buscar ações que contribuam para um “despertar” de um estado de alienação para um processo de libertação e de conscientização, mesmo diante da instauração de um ambiente de medo e de incertezas nos territórios escolares. Faz-se necessário uma prática que promova a transformação da sociedade, que oportunize aos educandos reconhecerem-se como sujeitos capazes de enfrentar um sistema que os oprime através de suas estruturas desumanizantes. É preciso que a educação possa levar o aluno a vislumbrar outras realidades e a perceber-se como um agente de transformação autônomo e com responsabilidades com os seus iguais e com o seu meio.

O país precisa de um movimento que caminhe no sentido de levar à compreensão de que na sociedade capitalista e desigual que impera no mundo globalizado, e, portanto, no Brasil, há sempre a necessidade de uma luta permanente diante dos obstáculos e pela manutenção e ampliação dos direitos civis.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (2005) nos fala sobre a necessidade de se ter uma pedagogia do oprimido e não para o oprimido. A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a “pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação”, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (FREIRE, 2005, pág. 43).

Esse saber-se oprimido não é aceitar a condição de inferior ou de submissão ao opressor, mas sim saber que há uma necessidade de se buscar alternativas para romper com esse ciclo. “Para esse sistema não há cura, senão sua superação” (BOFF, 2004, p.139), pois o opressor sempre busca obter lucros sobre o trabalho do oprimido e, é por isto que “para o opressor, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter e ter como classe que tem” (FREIRE, 2005, p. 49).

A libertação do sujeito oprimido não é algo simples, pois exige antes de tudo um movimento de libertação, o qual não se dá apenas no sentido de libertar-se de algo ou alguém. Esse movimento precisa de conscientização e essa jamais partirá do opressor às classes populares, as quais lhe servem apenas como instrumento de manutenção do *status quo*, ou seja,

para manter as coisas assim como se encontram e sempre com uma falsa impressão de generosidade, desenvolvendo no povo a ilusão de que deve favores ao seu opressor.

É nesse sentido que precisamos de uma escola realmente democrática, que defenda o direito à liberdade de pensamento sem censura, o respeito às diversidades culturais e que promova o combate a qualquer forma de discriminação. Nesse primeiro momento, em termos de ações legais, torna-se extremamente importante a revogação do Novo Ensino Médio, a Emenda Constitucional 95/2016, o fortalecimento e a recomposição do orçamento do Ministério da Educação. Além destas ações, ganha destaque também a aprovação do PL 2630/2020 - Lei das *Fake News*, visto ser esta uma das principais ferramentas de difamação e distorção de informações e ataques à educação e ao trabalho docente.

Sabe-se, contudo, que a herança imaterial deixada pelo bolsonarismo está expressa através do ódio introduzido na sociedade brasileira e, por isso, no contexto educacional, levará algum tempo para ser eliminada, e não será somente com revogações e novos projetos de Lei que se conseguirá combater a onda neoconservadora que se mostra resistente. A mudança que tanto se quer e da qual se necessita demandará um trabalho de conscientização de alunos, professores e da comunidade escolar desta geração, que fortalecida e consciente de seu poder transformador sairá em defesa do pensamento crítico para a construção de uma sociedade mais humana, pacífica e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf Acesso em maio de 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746impresao.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Estabelece o Novo Ensino Médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2630, de 3 de julho de 2020.** Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909983&filenam e=PL+2630/2020. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Emenda **Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016.** Brasília: DF. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm . Acesso em 10 abr. 2023.

BOFF, Leonardo. **Novas Fronteiras da Igreja: O futuro de um povo a caminho,** Campinas-SP: Versus editora, 2004.

CARVALHO, Luis Miguel Levy. **Negacionismo instrumental: oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência.** 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política., Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação.** Produção Digital Independente [recurso online], 2016. Disponível em: http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pd. Acesso em: 18 nov. 2019.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**, v. 1, p. 52-71, 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** 26. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia,** Saberes necessários à prática educativa. 37º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42ª ed. 2005 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica.** João José Saraiva da Fonseca, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In FRIGOTTO, Gaudêncio.(org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.p.17-34.

GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente à “Escola Sem Partido”. In: SOUSA, Ana Lúcia Silva et. al. (Org). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam**

o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação São Paulo: Ação Educativa, 2016. p 149-16.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria. Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, p. e020007-e020007, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política.** São Paulo, 2018 vol. 18. nº 43. pp. 449-502.

LACERDA, Rosangela Rodrigues Dias de; VALE, Sílvia Isabelle Ribeiro Teixeira do. “PASSAR A BOIADA” EM TEMPOS DE PANDEMIA: ESTRATÉGIAS DO EXECUTIVO FEDERAL PARA REFORMAR A CLT DURANTE A CRISE DO CORONAVÍRUS. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 241, 2020.

LOPES, Guilherme Araujo. Flexibilização dos direitos fundamentais em tempos de pandemia – nenhum direito é absoluto. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 16, n. 16, 2020.

MARTINS, Helena. **Desinformação, Crise Política e Saídas Democráticas para as Fake News.** São Paulo, Veneta, 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, no15, 2016, pp.590-621.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de Gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, setembro/dezembro 2017.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, n. 127, p. 27-40, 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça**

a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro :UERJ, LPP, 2017.p.35-48

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. Boitempo Editorial, 2021.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. **Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações**, p. 17-48, 2019.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. Docência, teletrabalho e covid-19: reinvenção, pressão e exaustão do professorado em tempos de quarentena. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 275-306, 2020.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 002. Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil